

A IMPERATRIZ EUSÉBIA NA CORTE DO IMPERADOR CONSTÂNCIO II: *as ações de uma mulher imperial nos relatos de Amiano Marcelino e do César Juliano (século IV d.C.)*¹

THAÍS DE ALMEIDA RODRIGUES

Mestranda em História (UNESP/Franca)

thais.a.rodrigues@unesp.br

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

RESUMO

Intentamos demonstrar neste artigo que o cargo ocupado pela imperatriz Eusébia lhe proporcionava certo prestígio na corte imperial. Dessa forma, ela era capaz de interferir em assuntos político-culturais e militares do Império Romano num momento em que o poder se concentrava oficialmente em mãos masculinas. Para tanto, utilizaremos o *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia*, de Juliano, e as *Res Gestae*, de Amiano Marcelino. Frisamos que essa personagem foi pouco citada pelas documentações textuais de autores da Antiguidade e escassamente estudada nas pesquisas acadêmicas contemporâneas. Mesmo assim, é possível termos vislumbres das suas ações através das documentações que fundamentaram este estudo.

PALAVRAS-CHAVE

Antiguidade Tardia; Império Romano; imperatriz Eusébia; César Juliano; Amiano Marcelino.

ABSTRACT

We intend to demonstrate in this paper that the position occupied by the Empress Eusebia gave her a certain prestige in the imperial court. In this way, she was able to interfere in political-cultural and military affairs of the Roman Empire at a time when power was officially concentrated in male hands. For that, we will use the *Panegyric in Honor of the Empress Eusebia*, by Julian, and the *Res Gestae*, by Ammianus Marcellinus. We emphasize that she was barely mentioned by the textual documentation of au-

¹ Este artigo é resultado da nossa Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo número 2019/27604-0).

thors of antiquity and scarcely studied in contemporary academic research. Even so, it is possible to have glimpses of her actions through the documentation that supported this study.

KEYWORDS

Late Antiquity; Roman Empire; Empress Eusebia; Caesar Julian; Ammianus Marcellinus.

INTRODUÇÃO

Flávia Aurélia Eusébia foi uma imperatriz romana, esposa do imperador Constâncio II (317 – 362), que atuou nesse cargo entre os anos de 353 e 360.² Sabemos que ela nasceu na cidade de Tessalônica, em ano desconhecido, e faleceu em torno do ano de 360 (AUJOULAT, 1983, p. 81). O pai da imperatriz foi Flávio Eusébio³, o primeiro membro da família a ocupar o cargo de cônsul, em 347 (Julian. *Or.* III. 109a-110a). Com a morte do seu pai, Eusébia e os seus dois irmãos permaneceram sob os cuidados da sua mãe. O nome dela é desconhecido, mas temos a informação de que ela era proveniente de uma família grega (Julian. *Or.* III. 110a-110d). Não obtivemos maiores dados acerca da educação de Eusébia ou da sua vida antes de se tornar imperatriz.

O século IV, que analisamos sob a ótica da Antiguidade Tardia⁴, trouxe uma particularidade quanto ao registro das mulheres imperiais em comparação aos períodos precedentes. As documentações textuais e a cultura material referentes a elas passaram a ser mais escassas, já que, em razão do contexto dos séculos III e IV, os autores da época passaram a enfatizar os assuntos militares e a cultura material passou a retratar cada vez menos o Imperador e a sua família (FREISENBRUCH, 1977, p. 209-210). Eusébia teve poucas das suas ações como imperatriz descritas nas obras antigas. O registro mais notável ao qual temos acesso é o *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia*, da época em que o futuro imperador Juliano (331 – 363) era César de Constâncio II. Esse é um dos únicos exemplares de composições desse gênero dedicados a figuras femininas e que sobreviveram até os nossos dias. Outra publicação que menciona essa imperatriz são as *Res Gestae*, de Amiano Marcelino (325/330 – 391), onde ela é citada em cerca de dez passagens.

À primeira vista, a Antiguidade Tardia pode não ser um período muito propício

2 As datas deste artigo remetem ao período depois de Cristo, exceto quando devidamente indicado.

3 Os personagens históricos sem arcos temporais estabelecidos possuem suas datas de nascimento e morte incertas.

4 Período que compreende o intervalo dos séculos III a VIII d.C. Nesse sentido, a Antiguidade Tardia é utilizada por historiadores atuais que entendem que não ocorreu uma quebra brusca entre a Antiguidade e o Medievo, visto que o desatrelamento do Império Romano foi gradual e muitas de suas estruturas administrativas e culturais perduraram por um bom tempo pelos séculos seguintes. (FRIGHETTO, 2012, p. 23) Devemos acrescentar que as periodizações da História são um recurso empregado para facilitar o estudo e, de forma alguma, devem ser tomadas como datações absolutas.

para o estudo das mulheres das elites romanas. Elas dificilmente conseguiam afirmar alguma forma de individualidade pública nas cortes ou exercer um poder ativo, visto que não podiam ocupar cargos formais na administração imperial (HARRIES, 2012, p. 255). Por isso, elas são geralmente lembradas pelas suas ligações com as figuras masculinas, como os seus maridos e filhos (ENJUTO SANCHEZ, 2000, p. 296). Ademais, “quando as mulheres eram excessivamente assertivas, os homens que escreveram sobre elas rapidamente criticaram o seu comportamento inadequado.” (HARRIES, 2012, p. 255). Na melhor das hipóteses, aquelas pertencentes às famílias aristocráticas e imperiais seriam reconhecidas pela importância e influência das suas famílias. Essas personagens deveriam obedecer a um conjunto de normas e comportamentos impostos pelo chefe da família, isto é, o *pater familias* (ENJUTO SANCHEZ, 2000, p. 296-297).

Por meio dos laços conjugais, elas desempenhavam papéis que vinculavam diferentes grupos sociais e obtinham para as suas famílias múltiplas vantagens, fossem elas políticas, econômicas ou sociais. Enfatizamos a relevância do seu papel na continuidade e na legitimidade das dinastias imperiais (HARRIES, 2012, p. 257). Nesse sentido, “o casamento se apresentava, portanto, como uma estratégia social, já que a mulher é garantia, vínculo carnal vivo que consolida um acordo efetuado por motivos específicos, sem esquecermos de sua função por antonomásia: a procriação.” (ENJUTO SANCHEZ, 2000, p. 297). Podemos observar um exemplo dessas práticas com as ações de Constâncio II, a fim de unir em matrimônio duas das suas irmãs – Constantina (325 – 354) e Helena – com os seus primos Galo (325 – 354) e Juliano.

No século em que Eusébia viveu, havia um arquétipo de imperatriz e matrona, fundamentado na figura de Flávia Júlia Helena (250 – 330), mãe de Constantino I (272 – 337). É indispensável conhecermos esse paradigma para entendermos Eusébia e a imagem dela construída pelos autores da Antiguidade. Conforme Annelise Freisenbruch, “Helena agora se tornou o modelo para um novo tipo de imperatriz: a ajudante cristã” (FREISENBRUCH, 1977, p. 206). Mesmo as biografias mais antigas sobre a mãe de Constantino I possuem caráter de contos de fadas ou parábolas. Aquelas relativas ao medievo recorreram tanto à imaginação dos seus autores quanto às da Antiguidade Tardia. A origem dela e as circunstâncias do seu possível casamento com Constâncio I (250 – 306) permanecem obscuras. Logo, a depender da documentação em questão, ela é apresentada como a esposa deste homem ou como a sua concubina (FREISENBRUCH, 1977, p. 207).

Atinamos que as famílias imperiais e as aristocracias romanas se preocupavam com a continuidade das suas dinastias. Esposas férteis, tal como a Flávia Júlia Helena, receberam o título honorífico de *nobilissimae feminae*, que poderíamos traduzir como “a mais nobre entre as mulheres”, além da denominação como Augusta. A personagem supracitada recebeu essa última nomeação aos 80 anos de idade, juntamente à sua nora, Fausta (289 – 326). Entretanto, o valor da mãe de Constantino I ia além da sua associação com a fertilidade. Essa personagem ficou conhecida pela história como a primeira peregrina a realizar viagens para os lugares considerados sagrados pelo cristianismo sem a presença do marido ou de um filho. A partir dela, iniciou-se a popularização das peregrinações entre as demais mulheres imperiais ou pertencen-

centes às aristocracias romanas. A título de exemplo, temos as duas visitas efetuadas pela esposa de Teodósio II (401 – 450) à cidade de Jerusalém (FREISENBRUCH, 1977, p. 212-223). No que tange à Eusébia, não obtivemos relatos que a ligassem a esse tipo de prática.

De Flávia Júlia Helena até o governo de Valentiniano I (321 – 375), os autores das obras da Antiguidade que chegaram aos nossos dias não deram tanto destaque para as ações levadas a cabo pelas mulheres imperiais em comparação com a ênfase dada a assuntos militares e à figura do Imperador. Destarte, apontamos que as menções à Eusébia são singulares. De mais a mais, essa personagem não foi lembrada pela sua fertilidade ou por suas práticas cristãs filantrópicas, e sim pela afirmação dos seus interesses diante do imperador e da corte imperial. Além disso, como dissemos anteriormente, ela foi uma das poucas mulheres romanas a serem honradas com um panegírico. Dentre os testemunhos que falam de Eusébia, percebemos que as descrições concernentes a ela são contrastantes. Ponderemos quanto à contradição existente entre a obra de Juliano, onde as virtudes da imperatriz como benfeitora do César são enaltecidas, e a de Amiano Marcelino, na qual ela é qualificada como uma mulher ardilosa e manipuladora.

As atitudes mais conhecidas da nossa personagem estão comumente vinculadas às suas interferências a favor de Juliano, primo de Constâncio II. Há uma tendência por parte das pesquisas acadêmicas de olhar com desconfiança para essa relação. No intuito de captarmos esse laço de forma mais clara, comentaremos brevemente a genealogia da dinastia constantiniana. Em seguida, trataremos das nossas documentações e apresentaremos as ações da imperatriz Eusébia. Por fim, em nossas considerações finais, refletiremos quanto à nossa hipótese de que essa mulher possuía prestígio na corte de Constâncio II e interferia em assuntos político-culturais e militares do Império Romano.

Juliano e Constâncio II descendiam do imperador Constâncio I, todavia, pertenciam a galhos opostos da árvore genealógica constantiniana. Constâncio I teve filhos com duas mulheres: Flávia Júlia Helena, mãe de Constantino I (pai de Constâncio II) e Teodora, mãe de três homens e três mulheres, incluindo Júlio Constâncio (289 – 337) (pai de Juliano). Teodora foi aquela considerada como a esposa legítima de Constâncio I, porém, foi o filho de Flávia Júlia Helena que posteriormente se tornou o único governante do Império. Em 337, Constantino I morreu e o território romano foi dividido entre os seus três filhos: Constantino II (316 – 340) ficou com a parte Ocidental, onde se situava a Hispânia e a Gália; Constante I (320 – 350) permaneceu com a região central, que abrangia a Itália; Constâncio II era o responsável pela porção oriental. Em meio a esse cenário, os filhos de Teodora representavam uma ameaça à legitimidade da sucessão imperial por parte dos descendentes de Flávia Júlia Helena (CRAWFORD, 2016, p. 29).

No ano do falecimento de Constantino I, ocorreu um episódio nomeado como o massacre de 337. Argumenta-se que Constâncio II tenha sido o responsável, direta ou indiretamente, pelos assassinatos cometidos. Contudo, existem divergências quanto aos relatos sobre o evento e ele também é atribuído aos demais descendentes de Constantino I (BOWERSOCK, 1978, p. 23; CRAWFORD, 2016, p. 31). Somente

três membros masculinos da descendência de Teodora foram poupados durante o massacre devido a suas tenras idades: Juliano, o seu meio-irmão Galo e o seu primo Júlio Nepociano (? – 350). Órfãos de pai e mãe, os dois primeiros foram afastados da corte de Constantinopla e educados pelos tutores escolhidos por Constâncio II (ATHANASSIADI, 1992, p. 83).

Constantino II morreu em 340 e Constante I em 350. Consequentemente, Constâncio II se tornou o único imperador desde a morte do segundo e passou a ter que lidar sozinho com diversas frentes de conflitos internos e externos. O ano de 350 foi notável pela ascensão de três usurpadores⁵: Magnêncio (303 – 353), Vetrânio (? – 356) e Júlio Nepociano. Este último era o filho da meia-irmã de Constantino I, Eutrópia (? – 350), poupado do massacre já referenciado. Enquanto os dois últimos foram derrotados e executados junto dos seus apoiadores em menos de quinze meses, o embate contra Magnêncio perdurou por três anos. Este usurpador foi o assassino de Constante I. Relembramos que essas não foram as únicas usurpações presentes no século IV, uma vez que tal fenômeno parece ter sido comum nessa época. Ainda sob o ponto de vista militar, as pressões dos povos fronteiriços, como os persas e os alamanos, configuravam mais uma preocupação a se acrescentar no cotidiano dos imperadores que governaram nesse arco temporal (CRAWFORD, 2016, p. 73-83; SILVA, 2018, p.103-104).

Enquanto isso, no campo religioso, deparamo-nos com conflitos entre as diferentes religiões do Império e as vertentes internas de cada uma delas. No cristianismo, reavemos dissidências em relação ao dogma trinitário que extrapolaram o campo do debate e resultaram em exílios e atos de violência física e verbal (PAPA, 2013, p. 83). O embate cristão mais conhecido envolveu os nicenos e os arianos. Constantino I tentou evitar que as divergências religiosas comprometessem a unidade imperial e promoveu vários concílios, entre eles o Concílio de Niceia (325), cujo objetivo era discutir a controvérsia ariana e estabelecer uma ortodoxia. O principal questionamento colocado pelo arianismo estava ligado à natureza divina de Cristo. Segundo os arianos, Cristo não seria imortal por ter passado a existir, ou seja, por não ter existido desde sempre, como deus. Portanto, ainda que a natureza do filho fosse semelhante à do pai, elas não eram iguais. Em oposição, os nicenos admitiam que o pai e o filho possuíam a mesma natureza divina (PAPA, 2013, p. 57-61).

Essas duas vertentes foram consideradas ortodoxas ou heréticas, de acordo com o imperador vigente até o momento em que o cristianismo niceno foi definitivamente estabelecido como ortodoxo no ano de 380 pelo imperador Teodósio I. Destacamos o arianismo por ter sido a linha na qual Constâncio II foi educado, considerada como oficial ao longo do seu governo e seguida por Eusébia (CRAWFORD, 2016, p. 26;

5 Alertamos que o vocábulo usurpador tem conotações negativas se considerado como “apoderar-se de algo que por direito não pertence a si mesmo, obter pela fraude ou pela violência domínio sobre um objeto ou sobre outrem, exercer indevidamente um cargo ou função” (SILVA, 2018, p. 98-99). Mas essa interpretação não é a mais adequada para o período que estudamos. Gilvan Ventura da Silva argumentou que os usurpadores não seriam imperadores ilegítimos, e sim imperadores proscritos, aqueles que, apesar de apoiados por alguma parte da sociedade, não conseguiram manter-se no poder e foram penalizados pelo lado vencedor (SILVA, 2018, p. 99).

PAPA, 2013, p. 73). Tendo em mente os elementos biográficos e contextuais expostos até aqui, passemos ao estudo dos autores e das documentações que compõem esta pesquisa.

■ O PANEGÍRICO EM HONRA À IMPERATRIZ EUSÉBIA E AS RES GESTAE

Juliano nasceu em 331, na cidade de Constantinopla. A sua morte foi causada por um ferimento numa das batalhas contra os persas, no ano de 363 (ATHANASSIADI, 1992, p. 2). Ele era filho de Júlio Constâncio, meio-irmão de Constantino I, com sua segunda esposa, Basilina (? – 332/333). Posteriormente ao massacre de 337, Constâncio II enviou Juliano e o seu meio-irmão, Galo, para a Nicomédia. Lá, o bispo Eusébio de Nicomédia (? – 341) cuidou da educação dos dois meninos e os iniciou no cristianismo ariano (BOWERSOCK, 1978, p. 23). Essa realocação dos jovens foi constituída como uma forma de exilá-los da corte imperial, impedindo-os de se tornarem populares e de se associarem a esquemas de usurpação (ATHANASSIADI, 1992, p. 37). Quando Eusébio foi nomeado bispo de Constantinopla, a educação de Juliano (não se tem informações do paradeiro de Galo nessa época) ficou a cargo do eunuco Mardônio, antigo tutor de Basilina. Esse homem apresentou Juliano aos grandes nomes clássicos, como Homero e Hesíodo, e foi o responsável por despertar a paixão do jovem pelo helenismo (BOWERSOCK, 1978, p. 23-24).

Ao longo da sua vida, Juliano produziu muitos textos de gêneros variados, como sátiras, hinos, cartas e panegíricos. Estes últimos tinham um carácter oficial e, em sua maioria, eram confeccionados para performances públicas (fosse para o imperador ou para membros da corte imperial). Eles tinham por objetivo elogiar ou criticar – no segundo caso recebiam o nome de “Contra” ou “Invectiva” – alguma figura importante (REES, 2002; REES, 2012). A palavra panegírico (*panēgirikós*) tem origem no vocábulo grego *panēgiris*, empregado para se referir a uma grande festa, festas estas onde eram apresentados discursos em honra à ocasião. Com o tempo, o termo passou a designar um discurso retórico, no qual era oferecido louvor ao governante (RUSSEL, 1998, p. 19-20).

Usualmente, os panegíricos se dirigiam a homens e seguiam um formato específico, designado pelos manuais da Antiguidade, com os seguintes tópicos: (1) origem; (2) nascimento; (3) adequabilidade ou realizações; (4) ações de guerra e paz. Com isso em vista, a guerra era uma temática extremamente significativa. Descrevia-se nesse tópico os atos de coragem e as virtudes do personagem homenageado. Os autores também aproveitavam esse momento para detalhar a geografia das rotas de confronto e a intercorrência das batalhas. Eram quatro as virtudes usuais de um bom imperador a ser citadas nesse tipo de discurso: a coragem, a sabedoria, a temperança e a justiça. No tópico da temperança, dever-se-ia mencionar a esposa do imperador em questão (BRAUND, 1998, p. 89).

Inferimos que Juliano não se preocupou em seguir os manuais de retórica à

risca na redação dos seus panegíricos. Ele fez uso de adaptações, em especial no texto que compõe parte das nossas documentações, porquanto ele se dirige a uma mulher, a imperatriz Eusébia. O César afirmou tomar como exemplo a *Odisseia* para o elogio das virtudes femininas, inspirando-se na passagem em que Homero louva Penélope e Arete. Juliano ainda inclui na sua obra uma passagem sobre o casamento de Eusébia e Constâncio II no lugar que deveria ser dedicado aos feitos militares do homenageado (Julian. *Or.* III. 104b-106b). No mais, o *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II* e o *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia* foram redigidos durante a estadia dele na Gália, entre o outono de 356 e a primavera de 357. Eles foram entregues no consistório de Milão no início de 357, pelo eunuco Eutério, a pedido de Juliano. A intenção deste teria sido demonstrar a sua lealdade ao imperador (TOUGHER, 1998, p. 109; GARCÍA RUIZ, 2015, p. 156-158).

Agora, discutiremos acerca de Amiano Marcelino, autor das *Res Gestae*. Temos ciência da sua ascendência grega (Amm. Marc. *RG.* XXXI. 16. 9) e acredita-se que ele tenha nascido na cidade de Antioquia, localizada na atual Síria, entre os anos de 325 e 330 (THOMPSON, 1947, p. 2). Além de historiador, o autor antioquiano teve uma proeminente carreira militar no exército romano e serviu até o ano de 363 como *protector domesticus* (GONÇALVES, 2008, p. 27). Tal cargo consistia em funções burocráticas exercidas a serviço dos comandantes militares e nos encargos envolvendo o abastecimento das tropas (SILVA, 2015, p. 168). Alega-se que o prestígio da família do autor levou à sua nomeação precoce como *protector domesticus* e à sua tutela como um jovem soldado por Ursicino (MATTHEWS, 1994, p. 267). Diocleciano (243/245 – 311/312) e Constâncio II também desempenharam essa função antes de ascenderem como governantes do Império (CARVALHO, 2020, p. 3).

As *Res Gestae* são compostas por trinta e um livros, dos quais apenas os dezoito últimos foram preservados. Esse trabalho narra a história romana de 96 a 378, quer dizer, do início da administração de Nerva (30 – 98) até a morte do imperador Valente (328 – 378). Logo, Amiano se refere aos governos dos imperadores Constâncio II, Juliano, Joviano (331 – 364), Valentiniano I, Valente, Graciano (359 – 383) e Valentiniano II (371 – 392). A obra em si foi elaborada durante o governo de Teodósio I (346 – 395), o que influenciou na escolha do conteúdo a ser divulgado e na forma como o seu autor retratou algumas das pessoas citadas, inclusive membros da *domus* teodosiana. Fatores como a sua origem grega, a sua boa educação e a sua carreira militar motivaram a qualidade, a veracidade e as descrições geográficas e das batalhas nas *Res Gestae*, possibilitadas pelas suas viagens com o exército (GONÇALVES, 2008, p. 27-29; MATTHEWS, 1994, p. 252; TROMBLEY, 2005, p. 24). Outrossim, Amiano Marcelino teria direcionado a sua escrita para os funcionários administrativos e militares aposentados do Império. Podemos avaliar tal ato como uma crítica aos funcionários das elites que apoiavam as medidas políticas e bélicas de Teodósio I. Faz-se necessário refletirmos quanto à desaprovação desse governo explicitada por Amiano e o fato dele trazer Juliano com um modelo de imperador a ser seguido (CARVALHO, 2020, p. 5-6).

I AS AÇÕES DA IMPERATRIZ EUSÉBIA

Retomemos o contexto histórico do século IV. Em 351, Constâncio II sentiu a carência da presença de uma figura imperial em Antioquia. Por conseguinte, ele nomeou Galo como César e o enviou para essa região (ATHANASSIADI, 1992, p. 50-51; CRAWFORD, 2016, p. 85). Em razão do descontentamento das elites locais com o César e as consequentes acusações de abuso de poder e violência (Amm. Marc. *RG.* XIV. 1. 2), Galo foi visto como uma ameaça ao imperador e, no ano de 354, foi executado (BOWERSOCK, 1978, p. 34). Acusou-se Juliano de participar na conspiração planejada pelo seu meio-irmão sob a alegação de que ele havia deixado o domínio imperial de *Macellum*, sem a autorização de Constâncio II, para se encontrar secretamente com Galo. O imperador convocou Juliano à Milão e ele ficou alojado numa cidade próxima enquanto aguardava a sua sentença, sem a permissão para frequentar a corte.

O futuro César submeteu a sua defesa diante do imperador graças à mediação da imperatriz Eusébia, pois ela convenceu o esposo a lhe conceder uma audiência:

Mas, desde que a imperatriz ouviu a primeira palavra, não de qualquer crime, porém de uma vã suspeita, ela pediu-lhe que investigasse e, antes disso, não prestasse atenção ou aceitasse uma mentira ou difamação injusta, e ela não parou de pedir-lhe até que conseguiu me levar à presença do imperador e me deu a oportunidade de falar. E ela compartilhou minha alegria quando fui absolvido de qualquer acusação injusta e, querendo voltar para casa, ela me forneceu uma escolta segura, tendo primeiro convencido o imperador (Julian. *Or.* III. 118a e 118b).

Inocentado, Juliano recebeu o consentimento para retornar à sua residência. Não obstante, ao longo do seu trajeto, Eusébia persuadiu Constâncio II a anuir a ida de Juliano para Atenas, onde ele daria continuidade aos seus estudos. O futuro César nos diz que:

Ela compartilhou minha alegria quando fui absolvido de qualquer acusação injusta e, querendo voltar para casa novamente, ela providenciou uma escolta segura para mim, convencendo primeiro o imperador. Mas, tendo interrompido minha viagem, seja por causa da divindade que parecia ter tramado os acontecimentos anteriores contra mim, ou por causa de algum outro acidente, ele me mandou visitar a Grécia. Ela pediu este favor ao imperador quando eu já tinha saído, e, porque ela tinha sabido de meu gosto pela literatura, entendeu que esta cidade era apropriada para o meu aprendizado (Julian. *Or.* III. 118c e 118d).

Tal viagem possibilitou a Juliano entrar em contato com prestigiados filósofos neoplatônicos, sectários da linha teúrgica de Jâmblico (245 – 325), que viriam a inspi-

rar os seus pensamentos e as suas obras (ATHANASSIADI, 1992, p. 49-50). A respeito disso, Margarida Maria de Carvalho observou que essa estadia na Grécia possibilitou a atualização do repertório intelectual desse personagem com o recebimento de valores filosóficos provenientes de figuras como Plotino (205 – 270), Porfírio (234 – 305) e Jâmblico, somando-se aos valores da filosofia clássica de Platão (428/427 – 348/347 a.C) e Aristóteles (384 – 322 a.C), já conhecida por ele (CARVALHO, 2013, p. 23).

Alguns meses depois, Juliano foi novamente intimado. Dessa vez, a ocasião envolveu a sua nomeação como César. Amiano afirma que Eusébia apoiou a escolha de Juliano contra os desejos da corte imperial (AMIANO MARCELINO, XV, 2, 8). Simultaneamente, ela precisou convencê-lo a aceitar o cargo:

Quando o imperador confirmou essa opinião a meu respeito, ela ficou muito contente e manifestou sua total concordância harmoniosa, ordenando-me que tivesse coragem e não recusasse, por medo, a grandeza do que me fora oferecido, nem com uma franqueza dura, franca e demasiado presunçosa, rejeitando de forma torpe o pedido urgente daquele que havia me concedido tantos bens. Eu obedeci suportando algo que não era nada agradável para mim, embora, por outro lado, eu estivesse perfeitamente ciente de como seria difícil desobedecer (Julian. Or. III. 121b e 121c).

O César casou-se com Helena, irmã de Constâncio II, possivelmente devido a uma articulação da parte de Eusébia, e foi enviado para a Gália. Juliano levou consigo os livros dados a ele pela imperatriz, um presente do seu agrado:

No entanto, há um de seus presentes que tenho o prazer de lembrar a vocês, pelo qual senti uma alegria superior. De uma só vez ela me deu tantos livros de bons filósofos, historiadores e de muitos oradores e poetas – eu, que só trouxe alguns de minha casa, movi minha alma pelo desejo e esperança de voltar a ela o mais rápido possível – que preencheu minha paixão insaciável por aquela empresa e transformou a Gália e a terra dos celtas em um museu quando se trata de livros gregos (Julian. Or. III. 124a).

Entre os anos de 356 e 357, o *magister equitum* Marcelo, encarregado de supervisionar Juliano, levantou acusações contra o César. Ele o denunciou por ser imprudente, impulsivo, inexperiente e por colocar em risco as vidas dos soldados nas suas manobras militares. Nesse cenário, Juliano compôs os panegíricos enviados para o imperador e a imperatriz. Eles agiriam como forma de defesa política e agradecimento pelas intervenções da sua benfeitora (TOUGHER, 1998, p. 107-109; GARCIA RUIZ, 2015, p. 156). Juliano encontrou-se mais uma vez inocentado e o *magister equitum* que o havia acusado foi substituído (Amm. Marc. RG. XVI. 11. 1).

Amiano é o único autor a relatar o suposto envolvimento de Eusébia num suborno da parteira que auxiliou no nascimento do filho de Juliano e Helena. A sua

intenção seria que a funcionária cortasse o cordão umbilical de forma incorreta na tentativa de levar o recém-nascido a óbito (Amm. Marc. *RG.* XVI. 10. 19). O militar ainda acusou a Imperatriz de fazer com que Helena tomasse poções abortivas, a fim de evitar novas gestações (Amm. Marc. *RG.* XVI. 10. 18). Observemos a seguinte passagem:

Anteriormente, na Gália, depois de levar em seu ventre um filho homem, ela [Helena] também o perdeu por causa de uma intriga, já que a parteira, em troca de uma recompensa, o matou depois que ele nasceu, cortando o cordão umbilical mais do que o conveniente. Eles foram tão longe e tão conscienciosos foram os esforços feitos para que este homem tão valoroso [Juliano] não tivesse descendência (Amm. Marc. *RG.* XVI. 10. 19).

Considerando a já mencionada pressão que as imperatrizes sofriam para gerar um herdeiro e eliminar possíveis concorrências na disputa do trono imperial, o que Amiano nos informou poderia ter ocorrido de fato. No entanto, a veracidade desse relato pode ser contestada pela ausência de menções do episódio nos textos de outros autores da Antiguidade Tardia, inclusive nos de Juliano, mesmo naqueles redigidos por ele após a morte do imperador e da imperatriz. Na *Carta ao senado e ao povo de Atenas* ele critica unicamente Constâncio II e tece um breve elogio à Eusébia:

Ele me libertou com alto custo, depois de me arrastar para lá e para cá por sete meses inteiros e me manter sob vigilância, de modo que, se não fosse por algum dos deuses, querendo me salvar, oferecendo-me, naquele momento, a benevolência da bela e boa Eusébia, sua esposa [de Constâncio II], então, eu não teria escapado de suas mãos (JULIANO, *Carta ao Senado e ao Povo de Atenas*, 272 d).

Juliano ainda comenta a influência de Eusébia ao despertar a bondade e a benevolência de Constâncio II e ao participar das decisões do imperador:

Porque estas passam a ser a dupla persuasão e a dupla forma de amor, das quais Eusébia foi igualmente suprida, fazendo-se participante das decisões do Imperador que, sendo já por natureza doce, bom e benevolente, ela convida, da maneira mais adequada, a seguir o que está em sua natureza e, assim, transformar a justiça em misericórdia. Para que ninguém pudesse dizer que esta imperatriz foi a causa de alguma pena, justa ou injusta, ou de qualquer infelicidade, pequena ou grande (Julian. *Or.* III. 114 c).

Neste momento, deslocamo-nos para outra questão acarretada pela posição política da imperatriz. Citamos o benefício obtido pelos seus irmãos ao ocuparem o consulado. Juliano e Amiano Marcelino nos transmitem essa conjuntura:

[...] em seguida, conferiu honras a toda a sua família e os seus parentes, colocando aqueles que já eram famosos e mais velhos em altas posições e fazendo-os parecerem felizes e invejáveis, tornou-os amigos do imperador e deu-lhes a base de sua presente fortuna. Pois se alguém acredita, como de outra forma é verdade, que eram merecedores de honras por si, creio que os elogios que lhe são devidos sem dúvida aumentarão, porque é evidente que ela não distribuiu favores apenas pelos laços de família, mas por causa da virtude, e não conheço elogio maior que poderia ser feito (Julian. *Or.* III. 116a e 116b).

Foi o que aconteceu em diferentes partes do mundo naquele ano. Mas na Gália, enquanto as circunstâncias haviam melhorado e os irmãos Eusébio e Hipácio obtiveram a dignidade de cônsul, Juliano passou o inverno em Paris, entre grandes reconhecimentos pelos seus sucessos consecutivos (Amm. Marc. *RG.* XVIII. 1. 1).

O último tópico a trabalharmos diz respeito ao falecimento de Eusébia. Discussões são levantadas no que tange às causas da sua morte em 360. A teoria amplamente aceita pelos autores contemporâneos que utilizamos em nossa pesquisa é a de que a imperatriz teria falecido em consequência de um tratamento para se tornar fértil. Todavia, David Woods apontou que a morte dela pode ter tido outras nuances e contestou a sua presumida acidentalidade. Para o historiador, há a possibilidade de que Eusébia tenha sido vítima da conspiração de uma esposa de um general romano que a invejava (WOODS, 1998). Amiano Marcelino efetua um breve obituário da imperatriz, elogiando-a ao mencionar a terceira núpcia de Constâncio II:

Ao mesmo tempo, elegeu como esposa Faustina, pois fazia tempo que tinha perdido Eusébia, irmã dos cônsules Eusébio e Hipácio, uma mulher que se sobressaía por sua beleza e sua educação, muito humana apesar de sua posição elevada e, graças aos seus favores, como já mencionamos, Juliano foi livrado de uma situação perigosa e declarado César (Amm. Marc. *RG.* XXI. 6. 4).

É patente a dicotomia nas representações de Eusébia nas *Res Gestae*. O obituário difere das passagens anteriores, nas quais o autor militar a descreve de maneira negativa. Como defendeu Shaun Tougher, a Eusébia de Amiano apresenta personalidades distintas. Ela é gentil e bela, aproximando-se da imagem construída por Juliano no seu *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia*. Concomitantemente, ela é uma jogadora desonesta, assemelhando-se do tratamento dado por Zósimo para a imperatriz, embora nas *Res Gestae* a sua desonestidade seja malevolente (TOUGHER, 2000, p. 95).

Em nossa opinião, as contradições na imagem da imperatriz no relato do antioquiano resultam de um conflito de interesses do autor. Por um lado, temos o seu

ódio a Constâncio II, levando-o a difamar a sua esposa. Por outro, a sua simpatia pelos irmãos da imperatriz e a sua idealização de Juliano. Isso posto, reparamos na sua aprovação das ações de Eusébia a favor do César, o que acarretou num tom mais ameno nas críticas destinadas a ela. Destacamos o trecho no qual Amiano desaprova as medidas de Constâncio II por considerá-lo suscetível às maquinações de eunucos e mulheres, possivelmente com Eusébia em mente. Além disso, ainda que o autor aponte a ajuda dela como fundamental na trajetória de Juliano, o próprio César e a intervenção divina seriam os responsáveis pela sua defesa e vitória. Ou melhor, Eusébia permanecia em segundo plano. Elevar Juliano a tal cargo era uma ideia rejeitada pelos conselheiros do imperador, temerosos de que a experiência com Galo se repetisse (GARCÍA RUIZ, 2008, p. 52-54). O antioquiano nos transmite o papel da imperatriz nesse episódio da seguinte maneira:

Só a imperatriz enfrentou essa resistência obstinada, seja porque temia os perigos de uma viagem a lugares distantes, seja porque, por sua inata prudência, desejava o bem geral e dizia que os parentes deveriam vir antes de todos. Depois de muitos desvios e vãs deliberações, Constâncio II tomou uma decisão firme e, evitando disputas inúteis, decidiu dividir o Império com Juliano (Amm. Marc. RG. XVI. 8. 3).

Nesse ponto, o autor militar utiliza os termos *sola regina* para se referir à Eusébia. Maria Pilar García Ruiz nos alertou que essa expressão pode ser erroneamente interpretada e resultar na impressão de que Eusébia foi a única a apoiar Juliano, opondo-se a Constâncio II. Porém, Amiano quis dizer que ela se opunha à corte imperial e ele estaria insinuando que o imperador era incapaz de se impor diante dos seus conselheiros (GARCÍA RUIZ, 2008, p. 54).

Na parte inicial deste artigo, declaramos que muitas mulheres imperiais romanas receberam títulos e outras homenagens. No caso de Eusébia, não temos conhecimento de que ela tenha recebido algum título em vida ou após a sua morte. A única honra dedicada a ela por Constâncio II e que se tem registro é a renomeação da diocese do Ponto para Pietas⁶. Essa honra é citada por Amiano Marcelino quando ele relata um terremoto ocorrido na Nicomédia: “Entres estes, podemos citar a Aristeneto que, como ajudante, ocupava-se da diocese recentemente criada, uma diocese que Constâncio II, em memória de sua esposa Eusébia, havia denominado Pietas.” (Amm. Marc. RG. XVII. 7. 6).

Consoante a Jason Juneau, esse ato pode ter sido um agradecimento pela devoção de Eusébia ao imperador e ao Império e pelo seu papel na reconciliação entre Constâncio II e Juliano (JUNEAU, 1999, p. 644). A renomeação da diocese não pode ser comprovada seguramente, pois o “Ato de Fundação”, isto é, o documento equivalente a esse edito não sobreviveu nos códigos legais da Antiguidade Tardia. Ademais, não existe hoje, na região da Nicomédia, uma diocese que tivesse sido nomeada Pie-

6 *Pietas*, em latim, significa piedade e Eusébia vem de eusébeia, o termo grego análogo a essa tradução (JUNEAU, 1999, p. 641).

tas em algum momento da história. Essa construção só é mencionada nas documentações que temos acesso nos dias de hoje sob o nome de Ponto (SMORCZEWSKI, 2019, p. 126-129).

Diante do exposto, reafirmamos a nossa hipótese de que Eusébia, devido à sua posição como imperatriz, dispunha de certo prestígio na corte imperial de Constâncio II. Essa situação lhe permitia interferir em assuntos político-culturais e militares do Império Romano. Com a nossa pesquisa em torno de Eusébia e as leituras sobre outras imperatrizes romanas, observamos a posição privilegiada da personagem em questão e a sua condição enquanto continuadora e legitimadora da dinastia constantiniana. Tais papéis lhe forneceram poder e influência.

No transcorrer dos séculos, a relação com o poder para homens e mulheres foi diferente. Eles, quase sempre, tendo mais poder do que elas e exercendo-o sobre elas. Maria José Hidalgo de la Vega expôs que as mulheres descobriram uma forma de poder própria e diferente do masculino. Elas obtiveram parte dos poderes dos homens ou atuaram como legitimadoras da sucessão desse poder. Nas pesquisas da historiadora, voltadas às dinastias Antonina e Flaviana, concluiu-se que as mulheres imperiais atuavam de formas diferentes, não defendiam os mesmos interesses e, muitas vezes, estabeleciam entre si relações de poder e rivalidade. Exemplificamos essa questão através do laço conturbado entre Júlia Drusila (16 – 38), Júlia Lívila (18 – 41) e Agripina Menor (15 – 59), cujos filhos disputavam pelo cargo de imperador. Essas mulheres atuavam politicamente ao exercer um papel de destaque na continuidade dinástica e na consolidação dos futuros governantes do Império (HIDALGO DE LA VEGA, 2003 p. 49-52).

A proximidade dessas personagens com o imperador vigente lhes propiciou uma conquista de poder e autoridade negados ao gênero feminino. Essas mulheres “estavam passando de *mater familias* para *mater patriae*, com todo o sentido de propaganda ideológica e dinástica que o conceito tinha em paralelo ao de *pater patriae*” (HIDALGO DE LA VEGA, 2003, p. 57). Então, elas se transformavam em “propagadoras e continuadoras da dinastia, desenvolvendo uma imagem pública da sua pessoa que pode ser vista como uma ameaça à hegemonia masculina e, ao mesmo tempo, como uma vantagem para a reprodução do próprio sistema político.” (HIDALGO DE LA VEGA, 2003, p. 57).

Os governantes utilizavam a concessão de títulos, honrarias e privilégios como um instrumento de controle para as ações e imagens dessas personagens. Por causa das suas atuações políticas, as mulheres imperiais foram repetidamente acusadas de incesto e adultério sob o intuito de desqualificá-las. Outro crime comum atribuído a elas pelos autores da antiguidade foi o de envenenamento (FREISENBRUCH, 1977, p. 235). Hidalgo de la Vega fez uma advertência para o estudo dessas personagens no século II, mas que é relevante para a nossa pesquisa. Perante as manipulações presentes nas documentações antigas, é crucial que os esforços historiográficos e metodológicos busquem ultrapassar os mitos da adúltera e da incestuosa. Pretende-se fundamentar o debate e a interpretação histórica em alicerces mais sólidos que permitam uma maior ponderação e um maior equilíbrio nas pesquisas acadêmicas (HIDALGO DE LA VEGA, 2003, p. 72).

Quando analisamos os interesses que guiaram Eusébia na defesa de Juliano, imaginamos se a imperatriz teria feito uma tentativa de manter o poder em família ou se haveria alguma ligação mais estreita entre os dois. Essa indagação exige debate e não é possível chegarmos a uma conclusão, já que não contamos com o testemunho da própria imperatriz, e sim com as visões de homens muito parciais. Obviamente, o maior interesse dela era o bem de Constâncio II, porque a sua posição dependia da saúde dele. Por essa razão, acreditamos que Eusébia agiu em colaboração com o esposo enquanto mediadora entre os primos e apaziguadora de Juliano. Não temos evidências suficientes para definir se este e Eusébia tinham algum tipo de ligação mais íntima ou intelectual, embora o desejo de manter o poder em família não exclua a primeira opção. O fato de ela agir em prol do marido não elimina um plausível desejo de proteger Juliano por interesses pessoais.

Estudar mulheres como essa imperatriz traz uma marcante contribuição para a Cultura Política ou para uma História Política renovada, como testemunhamos na obra organizada por Rémond (1988). A História Política deve integrar todos os seus atores, sejam eles homens ou mulheres, membros das elites ou das camadas sociais mais baixas. Ao mediar o encontro entre Constâncio II e Juliano, ao apoiar a elevação de Juliano enquanto César e, no processo, ir contra os desejos da corte, ao influir no casamento de Juliano com Helena e ao receber um panegírico em sua honra, Eusébia exerceu ações políticas.

A proximidade dela com o marido lhe garantia a possibilidade de aconselhá-lo. Tanto Juliano quanto Amiano Marcelino relataram isso nos seus textos. O primeiro afirma inúmeras vezes no seu panegírico que, se não fosse a intercessão e o apoio de Eusébia diante do imperador, ele não teria conseguido se defender das acusações de conspiração ou se tornado César. Foi ela quem deu o suporte para a sua nomeação e o convenceu a aceitar essa oportunidade. Esse último caso consiste numa ação política e militar ao ir contra a corte imperial e enviar um parente como César à uma frente de batalha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, podemos confirmar a nossa hipótese de que a imperatriz usufruía de certo prestígio político na corte imperial de Constâncio II. Como tal, ela detinha a posição mais alta que uma mulher poderia obter na época e a mais próxima do imperador. Ela tinha à sua disposição os mecanismos que possibilitavam a sua interferência em assuntos políticos, culturais e militares. Mesmo não tendo ocupado o cargo por muito tempo (cerca de sete anos), visto que morreu jovem e antes que pudesse dar um herdeiro a Constâncio II, Eusébia conseguiu ter as suas ações registradas por alguns escritores antigos, dentre eles Juliano e Amiano Marcelino. Reiteramos a pequena quantidade de estudos voltados para essa imperatriz e à sua atuação, obras que realmente busquem estudá-la e não apenas os autores das documentações que a citam. Em razão disso, pensamos que esta pesquisa pode contri-

buir com os estudos relacionados à Eusébia, uma imperatriz do século IV, esposa e conselheira do imperador Constâncio II, além de benfeitora do César Juliano. Enfim, tê-la como objeto de estudo denota colaborar com o campo da História e Cultura Política.

LISTA DE ABREVIATURAS

Amm. Marc., *RG* – Ammianus Marcellinus, *Res Gestae*, (Amiano Marcelino, Histórias).

Julian., *Or.* - Julianus imperator, *Orationes* (Juliano, *Panegírico em honra à imperatriz Eusébia*).

FONTES

AMMIANUS MARCELLINUS. *History*. Tradução de John C. Rolfe. London: Harvard University Press, v.1, 1935. (Loeb Classical Library, 300).

AMMIANUS MARCELLINUS. *History*. Translated by John C. Rolfe. London: Harvard University Press, v. 2, 1940. (Loeb Classical Library, 315).

AMIANO MARCELINO. *Historias*. Traducción y notas de Carmen Castillo García, Concepción Alonso del Real Montes e Álvaro Sánchez-Ostiz Gutiérrez. Barcelona: Editorial Gredos, 2010. (Biblioteca Clásica Gredos, 385).

JULIAN. *Orations I – V*. With an English translation by W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913a. (Loeb Classical Library, 13).

JULIANO. *Discursos I – V*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1979. (Biblioteca Clásica Gredos, 17).

JULIEN. *Oeuvres Complètes: discours de Julien César (I – V)*. 3 ed. Texte établi et traduit par Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, t. 1, p. 1, 2003a.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHANASSIADI, Polymnia. *Julian: An intellectual Biography*. London; New York: Routledge, 1992.

AUJOULAT, Noël. Eusébie, Hélène et Julien I: le témoignage de Julien. *Byzantion*, Lovaina, v. 53, n. 1, p. 78–103, 1983.

BOWERSOCK, Glen Warren. *Julian the Apostate*. Cambridge; Massachusetts: Harvard

University Press, 1978.

BRAUND, Susanna Morton. Praise and Protreptic in Early Imperial Panegyric: Cicero, Seneca, Pliny. In: WHITBY, Mary (ed.). *The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity*. Leiden; Boston: Brill, 1998, p. 53-76.

CARVALHO, Margarida Maria de. História, presságios memoráveis e a morte do Imperador Juliano na obra de Amiano Marcelino (390 – 392 d.C.). *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 39, p. 1-18, 2020.

CARVALHO, Margarida Maria de. *O Imperador Juliano entre a Filosofia Neoplatônica e a Arte Militar*. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 6, p. 18-31, 2013.

CRAWFORD, Peter. *Constantius II – Usurpers, Eunuchs and Antichrist*. Barnsley: Pens and Sword books, 2016.

ENJUTO SÁNCHEZ, Begoña. La alteridad feminina en época de Juliano: algunos cambios en los roles de género. *Studia Historica*. Historia Antigua, Salamanca, n. 18, p. 295-314, 2000.

FREISENBRUCH, Annelise. *Caesar's Wives: Sex, Power, and Politics in the Roman Empire*. New York; London; Toronto; Sidney: Free Press, 1977.

FRIGHETTO, R. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II – VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

GARCÍA RUIZ, Maria Pilar. Eusebia vista por Amiano: um retrato entre líneas. Cuadernos de Filología Clásica. *Estudios Latinos*, Madrid, v. 28, n. 2, p. 49-64, 2008.

GARCÍA RUIZ, Maria Pilar. Una Lectura conjunta del primer encomio a Constancio y el encomio a Eusebia de Juliano. *Exemplaria classica*. Journal of Classical Philology, Madrid, n. 19, p. 155-173, 2015.

GONÇALVES, Bruna Campos. Amiano Marcelino e sua obra Res Gestae: tratamento documental e os livros XXV, XXVI e XXVII. In: *Anais XXIII Semana de Estudos Clássicos*, Araraquara, 2008, p. 95-102.

HARRIES, Jill. *Imperial Rome AD 284 to 363: The New Empire*. Edinburgh: University Press, 2012.

HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. Esposas, Hijas y Madres Imperiales: El Poder de La Legitimidad Dinastica. *Latomus*, Bruxelles, v. 62, n. 1, p. 47-72, 2003.

JUNEAU, J. Pietas and Politics: Eusebia and Constantius at Court. *The Classical Quarterly*, Cambridge, v. 49, n. 2, p. 641-644, 1999.

MATTHEWS, John Frederick. The Origin of Ammianus. *The Classical Quarterly*, Cambridge, v. 44, n. 1, p. 252-269, 1994.

PAPA, Helena Amália. *A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.)*. São Paulo: Annablume, 2013.

REES, Roger. *Layers of Loyalty in Latin Panegyric AD 289-307*. Oxford: University Press, 2002.

REES, Roger (ed.). *Oxford Readings in Classical Studies. Latin Panegyric*. Oxford: University Press, 2012.

RÉMOND, Réne (org.). *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUSSEL, Donald. The Panegyrists and their Teachers. In: WHITBY, Mary (ed.). *The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity*. Leiden; Boston: Brill, 1998, p. 15-50.

SILVA, Gilvan Ventura da. *A escalada dos imperadores proscritos. Estado, conflito e usurpações na Antiguidade Tardia (285 – 395)*. Vitória: GM Editora, 2018.

SILVA, Gilvan Ventura da. *Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia 337 – 361*. 2 ed. Vitória: Editora da UFES, 2015.

SMORCZEWSKI, Łukasz. Diecezja Pietas. In: SMORCZEWSKI, Łukasz. *Administracja diecezji Pontu w późnym Cesarstwie Rzymskim*. Poznań: Druk, 2019, p. 121-132.

THOMPSON, Edward Arthur. *The Historical Work of Ammianus Marcellinus*. Cambridge: University Press, 1947.

TOUGHER, Shaun. Ammianus Marcellinus on the Empress Eusebia: A Split Personality? *Greece & Rome*, Cambridge v. 47, n. 1, p. 94-101, 2000.

TOUGHER, Shaun. In Praise of an Empress: Julian's Speech of Thanks to Eusebia. In: WHITBY, Mary (ed.). *The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity*. Leiden; Boston: Brill, 1998, p. 105-123.

TROMBLEY, Frank. Ammianus Marcellinus and fourth-century warfare: a protector's approach to historical narrative. In: DRIJVERS, Jan Willem; HUNT, David. (eds.). *The late roman world and its historian: interpreting Ammianus Marcellinus*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p. 17-28.

WOODS, David. Chrysostom, Ammianus, and the Death of the Empress Eusebia. *L'antiquité Classique*, Belgique, n. 87, p. 177-192.